

Relatório da Audiência n.º [50-COFMA-XIII](#)

Dia: 31 de outubro de 2018

ENTIDADE: AD CEAGP – Associação de Diplomados do Curso de Gestão Avançada em Gestão Pública

ASSUNTO: *Orçamento do Estado para 2019*

Recebido pelos Senhores Deputados:

- Paulo Trigo Pereira (PS), Vice-Presidente da Comissão;
- Carlos Silva (PSD);
- Cristóvão Crespo (PSD);
- João Pinho de Almeida (CDS-PP);
- Ana Rita Bessa (CDS-PP);

Síntese dos Temas Abordados:

O Senhor Vice-Presidente deu as boas vindas aos representantes da AD CEAGP, dando nota do modo de condução dos trabalhos e do conhecimento que, posteriormente, seria dado a todos os membros da Comissão quanto ao teor da audiência.

A delegação da AD CEAGP agradeceu o agendamento da audiência e sintetizou as propostas apresentadas no [documento](#) remetido à COFMA.

Em sede de debate, o Senhor Deputado Carlos Silva (PSD) enfatizou a necessidade de ter uma Administração Pública (AP) forte, coerente, íntegra, considerando o INA e o CEAGP baluartes de funcionamento da AP, conferindo a última uma formação específica. Notou que este alerta da AD CEAGP. Defendeu que se tem assistido a um enfraquecimento das instituições públicas e a uma tendência para a fragilização das instituições. Informou que vai dar nota destas preocupações ao seu GP, deixando em aberto a análise das mesmas na especialidade.

O Senhor Deputado Paulo Trigo Pereira (PS) considerou importante a questão dos protocolos com as Universidades, com equivalência de créditos. Lastimou que nos últimos anos se tenha verificado uma desqualificação do INA – inclusive através da passagem a Direção-Geral. Defendeu a inversão desta tendência.

Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa

Notou que desconhece o que fundamenta a proposta constante do Orçamento do Estado (OE), mas considerou relevante clarificar que a uma coisa é um curso para entrar na AP, outra é um curso após a entrada na AP. A redação parece sugerir, realçou, que é um curso para um determinado público-alvo, que não possui um curso do género, mas o n.º 3 já sugere outro tipo de público-alvo.

Convidou a AD CEAGP a apresentar propostas concretas.

O Senhor Deputado João Pinho de Almeida (CDS-PP) notou que já trabalhou e estudou com diplomados do CEAGP e considerou estranho o desconhecimento da associação sobre a introdução desta matéria na proposta de lei. Referiu que a interpretação que é possível fazer é a de que se verificará um eventual desaparecimento do CEAGP, sublinhando que é necessário fazer boas perguntas à Secretaria de Estado da Administração e do Emprego Público. Solicitou à associação os termos em que entendem que o CEAGP deve continuar a existir e o que deve ser alterado.

O Senhor Vice-Presidente notou que vai começar a discussão na especialidade e que esta questão não foi ainda colocada na generalidade, pelo que pediu sugestões concretas.

A AD CEAGP sustentou que não há um acesso direto ao curso, sendo a restrição efetuada à entrada, através de um exame e de uma entrevista. Recordou que os organismos da AP facultam as necessidades de recursos humanos.

Referiu que está disponível para apresentar propostas e que as fará chegar o mais brevemente possível. Aditaram que foram surpreendidos com estas normas e depreendem das mesmas que o CEAGP será extinto. Lembrou que há 1200 diplomados do CEAGP, que têm também como objetivo a modernização da AP. Notando que o CEAGP pode ser aperfeiçoado, realçaram que este é um instrumento de apoio à modernização da AP.

Sustentaram que o CAT pode coexistir com outras formações, desde que tenham diferentes objetivos.

O Senhor Vice-Presidente perguntou como é efetuado o acesso ao CEAGP, tendo a associação detalhado os blocos de matérias constantes do exame e o número de candidatos inicial, bem como o número de candidatos admitidos.

O Senhor Vice-Presidente da Comissão agradeceu as informações e esclarecimentos apresentados pela AD CEAGP, solicitou a remessa de eventuais propostas de alteração até, no máximo, a próxima 3.ª feira, e deu por encerrada a audiência.



Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa

Diversa informação sobre a audiência, incluindo a gravação, pode ser consultada na [página internet da audiência](#), pelo que se dispensa o seu aprofundamento nesta sede.

Palácio de São Bento, 31 de outubro de 2018

O Vice-Presidente da Comissão

Paulo Trigo Pereira